



Caderno de Encargos

Aquisição de Serviços

Consulta Prévia

(Artigo 42.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro com as alterações e nova redação dada pelo Decreto –Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto e alterações da Lei n.º 30/2021 de 21 de maio)

Parte I | Cláusulas Jurídicas

Capítulo I | Disposições Gerais

Cláusula 1.ª | Objeto do procedimento

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar, na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **Contratação de Serviços de Transporte Escolar de Alunos do 1.º a 3º ciclo do ensino básico, secundário e cursos profissionais, em veículo de transporte coletivo de passageiros** pertencente ao adjudicatário, em conformidade com as especificações técnicas previstas na cláusula 3.ª Parte II do presente caderno de encargos e de acordo com o Mapa de Circuitos da cláusula 1.ª das referidas cláusulas técnicas.

Cláusula 2.ª | Forma e Documentos Contratuais

1. O contrato que será reduzido a escrito, é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra, ainda, os seguintes elementos:
 - a. Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c. O presente Caderno de Encargos;
 - d. A proposta adjudicada;
 - e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado no contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª | Prazo de Execução do Contrato

O contrato terá uma duração correspondente ao ano letivo 2021/2022, de acordo com o calendário escolar, vigorará desde a data da sua assinatura até ao limite do preço contratual definido se este ocorrer antes do término do prazo de vigência do contrato, que se estima ser a **30 de junho 2022**, e, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula 4.^a | **Esclarecimentos, erros e omissões, retificação e alteração das peças procedimentais**

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso são da competência do Presidente da Câmara Municipal, a quem deverão ser apresentados, por escrito, dentro do **primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas**, os pedidos de esclarecimento necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento.
2. **No mesmo prazo** deve ser apresentada lista, quando aplicável, da qual constam, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento que possam vir a ser identificados pelos eventuais interessados.
3. **Até ao dia anterior do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas**, o Presidente da Câmara Municipal, deverá prestar, por escrito, os esclarecimentos a que se refere o número anterior, assim como pronunciar-se sobre os erros e omissões, quando identificados, determinando os termos de suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites. **No mesmo prazo** poderá proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento.
4. Consideram-se rejeitados todos os que até final daquele prazo não sejam por ele expressamente aceites.
5. Quando as retificações ou a aceitação de erros ou de omissões das peças do procedimento, independentemente do momento da sua comunicação, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo para a apresentação das propostas é prorrogado por período equivalente ao tempo decorrido desde o início do prazo para a apresentação das propostas até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros ou de omissões.
6. Quando, devido ao seu volume, os esclarecimentos não possam ser prestados no prazo referido, o prazo para a apresentação das propostas deve ser adequadamente prorrogado no mínimo por um período equivalente ao do atraso verificado.
7. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados serão disponibilizados em plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante e juntos às demais peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta.
8. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Capítulo II | Obrigações Contratuais

Secção I | Obrigações do Prestador de Serviços

Subsecção I

Cláusula 5.^a | **Disposições gerais**

1. A anteceder o início da prestação do serviço será efetuada uma reunião entre as partes envolvidas (Município, entidade adjudicatária, motoristas e vigilantes), para que sejam dados a conhecer o conteúdo funcional inerente ao desempenho das tarefas, algumas regras e requisitos na interação entre vigilantes, motoristas e os alunos transportados e demais aspetos considerados relevantes para uma adequada execução do serviço.
2. No decurso da prestação do serviço serão realizadas reuniões de avaliação, em princípio, **nos meses de dezembro, março e junho**.
3. Em situações muito pontuais, o Município poderá solicitar a supressão da prestação do serviço, circunscrita a um curto período de tempo, devendo para tal comunica-lo à entidade adjudicatária com, pelo menos, **dois dias úteis de antecedência**. Neste caso, e uma vez que o serviço não será realizado, o período de tempo correspondente à supressão não será faturado.
4. Esporadicamente, o Município poderá solicitar a alteração temporária do horário e/ou itinerário dos percursos, em alguns dias, devendo para tal comunicar essa necessidade à entidade adjudicatária com, pelo menos, **dois dias úteis de antecedência**.
5. No decurso da prestação do serviço, a entidade adjudicante poderá vir a efetuar, de forma ocasional, o acompanhamento do serviço no terreno, sempre que o entender e sem necessidade de aviso prévio.
6. Durante o prazo da prestação do serviço, caso seja necessário proceder-se a alterações na lotação das viaturas e/ou do número de vigilantes, os eventuais ajustamentos aos encargos financeiros daí decorrentes serão objeto de concertação entre as partes.

Cláusula 6.ª | Obrigações principais do prestador de serviços

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável nomeadamente em matéria de organização, controle e funcionamento dos transportes escolares, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrerão para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:
 - a. Obrigação do serviço ser assegurado por autocarros que observem os requisitos legais obrigatórios, de acordo com a legislação em vigor sobre esta matéria, nomeadamente a Lei nº 13/2006, de 17 de abril;
 - b. Obrigação de proceder ao transporte escolar dos alunos de e para os estabelecimentos de ensino, dentro do circuito devidamente identificado na cláusula 1ª das cláusulas técnicas constantes da Parte II do presente caderno de encargos;
 - c. Obrigação de controlo de frequência dos alunos que usam o transporte diariamente, para o qual o Município fornece listas mensais atualizadas;
2. No decurso da prestação do serviço, sempre que uma das viaturas for substituída por outra, a entidade adjudicatária terá que comunicar o facto ao Município no **prazo máximo de 5 dias** e apresentar os documentos relativos à nova viatura, nomeadamente o certificado de matrícula e respetivo licenciamento para o transporte

coletivo de crianças. A violação desta regra determina a aplicação de penalidades previstas no presente caderno de encargos

3. Sempre que entrar ao serviço um novo motorista, a entidade adjudicatária terá que comunicar o facto ao Município no mesmo prazo estabelecido no número anterior. Nestas circunstâncias terá, também, que apresentar o respetivo certificado de motorista de transporte coletivo de crianças e documento (s) comprovativo (s) da idoneidade do mesmo para a condução de viaturas de transporte de crianças. A violação desta regra determina a aplicação de penalidades.

4. Deverá ainda colaborar com o Município para o devido cumprimento das normas dos transportes escolares publicadas na página de internet da Câmara Municipal, bem como, **responder no máximo de 48h aos contactos efetuados pelos serviços camarários.**

5. A título acessório, o prestador de serviços ficará ainda obrigado a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação de serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a cargo.

Cláusula 7.ª | **Cumprimento do Regulamento Geral de Proteção de Dados**

1. O Cocontratante, à semelhança do Município de Vila Nova de Poiares, que se classifica com responsável de tratamento enquadrado nos artigos 24.º e 26.º do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), encontra-se obrigado a cumprir as obrigações previstas na Lei da Proteção de Dados Pessoais vigente (Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto) e no Regulamento, assim como a efetuar o tratamento de dados pessoais singulares que lhe sejam transmitidos, obtidos ou dados a conhecer no âmbito de execução do presente caderno de encargos de acordo com os seguintes princípios:

- Os dados pessoais devem ser tratados de forma que garanta a sua segurança e previna a sua divulgação ou acesso não autorizados;
- A recolha de dados pessoais está limitada ao estritamente necessário para a finalidade pretendida, finalidade que será comunicada ao titular no momento da recolha;
- Os dados pessoais recolhidos para uma finalidade específica não podem ser tratados de forma diferente da prevista nessa finalidade;
- Os dados pessoais não devem ser conservados mais tempo que o necessário à realização dos serviços previstos;
- Os dados pessoais são objeto de tratamento lícito, leal e transparente em conformidade com a legislação aplicável;
- Em caso de violação de dados pessoais aplica-se o disposto no Regulamento;

- O adjudicatário compromete-se a **não copiar, reproduzir, adaptar, difundir, transmitir, divulgar ou quaisquer informações ou dados pessoais** que lhe tenham sido transmitidos por força do presente contrato;
 - O adjudicatário autoriza a entidade adjudicante em qualquer momento da execução do contrato a verificar as normas previstas no Regulamento de Proteção de Dados, obrigando-se a prestar colaboração e esclarecimentos necessários para o efeito;
2. A subcontratação e a cessão da posição contratual por iniciativa do adjudicatário, dentro dos termos da cláusula 20.^a do presente caderno de encargos, está sujeita ao disposto no artigo 28.^o do Regulamento e demais disposições aplicáveis, nomeadamente:
- a. no tratamento dos dados pessoais obedecerá às instruções documentadas do responsável pelo tratamento;
 - b. garante que as pessoas autorizadas a tratar dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais e contratuais de confidencialidade;
 - c. aplica as medidas técnicas e organizativas de segurança aos processos de tratamento, designadamente:
 - A pseudonimização, cifragem e anonimização dos dados pessoais tratados;
 - A capacidade de assegurar a confidencialidade, integridade, disponibilidade e resiliência permanentes dos sistemas e dos serviços de tratamento;
 - Capacidade de restabelecer a disponibilidade e o acesso aos dados pessoais de forma atempada em caso de incidente físico ou técnico;
 - Ter um processo para auditar, testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia das medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança do tratamento.
 - d. O subcontratante apenas contratará outro subcontratante se o Responsável pelo Tratamento o autorizar ou, em caso de autorização prévia, comunicará ao Responsável pelo Tratamento a contratação de um subcontratante que deverá respeitar todas as obrigações de tratamento decorrentes do Regulamento;
 - e. O subcontratante prestará assistência ao responsável pelo tratamento documentando as medidas técnicas e organizativas que aplica, para permitir que este cumpra a sua obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos seus direitos;
 - f. O subcontratante prestará assistência ao responsável pelo tratamento no sentido de assegurar o cumprimento das obrigações de segurança no tratamento, notificação à autoridade de controlo e aos titulares em caso de violação de dados pessoais, avaliação de impacto sobre a proteção de dados e consulta prévia, tal como previstas nos artigos 32.^o a 36.^o do Regulamento, tendo em conta a natureza de tratamento e a informação ao dispor do subcontratante;

- g. Dependendo da opção do responsável pelo tratamento, que deverá também ela ser documentada, o subcontratante apagará ou devolverá todos os dados pessoais depois de concluídas as operações de tratamento previstas, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo do direito da União ou dos Estados-Membros;
 - h. O subcontratante disponibilizará ao responsável pelo tratamento todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações que impendem sobre o subcontratante e facilita e contribui para as auditorias, inclusive as inspeções, conduzidas pelo responsável pelo tratamento ou por outro auditor para este mandatado e/ou autoridades competentes;
 - i. Compromete-se a informar imediatamente o responsável pelo tratamento se considerar que alguma instrução viola o RGPD ou outras disposições do direito da União ou dos Estados-Membros em matéria de proteção de dados, assim como se detetar alguma violação de segurança e/ou extravio de dados.
3. O incumprimento destes deveres e a verificação de inexistência de garantias de *compliance* com o Regulamento é fundamento de resolução do presente contrato com justa causa, podendo implicar o dever de indemnização do Responsável pelo Tratamento por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

Subsecção II | Dever de Sigilo

Cláusula 8.ª | **Informação e sigilo**

1. O Cocontratante deve prestar ao Contraente Público todas as informações que este lhe solicitar e que sejam necessárias à fiscalização do modo de execução do contrato, devendo o contraente público satisfazer os pedidos de informação formulados pelo Cocontratante e que respeitem a elementos técnicos na sua posse cujo conhecimento se mostre necessário à execução do contrato.
2. O Contraente Público e o cocontratante guardam sigilo sobre quaisquer matérias sujeitas a segredo nos termos da lei às quais tenham acesso por força da execução do contrato.
3. O Adjudicatário garantirá o sigilo quanto a informações que os seus funcionários venham a ter conhecimento relacionadas com a atividade da Entidade Adjudicante.

Cláusula 9.ª | **Prazo do dever de sigilo**

O dever de sigilo é **ilimitado**, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II | Obrigações do Município de Vila Nova de Poiares

Cláusula 10.ª | **Preço contratual**

1. Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Vila Nova de Poiares deve pagar ao prestador de serviços, os serviços efetivamente prestados de acordo com os preços constantes da proposta adjudicada.
2. O valor total da proposta adjudicada, **não poderá ser superior ao preço máximo fixado no Caderno de Encargos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor**, se este for legalmente devido.
3. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Entidade adjudicante, incluindo as despesas de alojamento, transporte, alimentação e deslocação de meios humanos.

Cláusula 11.^a | **Preço Base**

O Preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações objeto do contrato a celebrar é de **71.600,00€ (Setenta e um mil e seiscentos euros)**, ao qual acresce o valor do IVA à taxa legal em vigor, se o mesmo for legalmente devido.

Cláusula 12.^a | **Condições de pagamento**

1. As quantias devidas pelo Município de Vila Nova de Poiares, nos termos das cláusulas anteriores, deverão ser pagas após a receção das respetivas faturas, no **prazo de 30 dias**, as quais só poderão ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do disposto no n.º 1, a obrigação considerar-se-á vencida com a prestação do serviço efetuado.
3. Em caso de discordância por parte do Município de Vila Nova de Poiares, quanto aos valores indicados nas faturas, deverá este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. Não poderão ser propostos adiantamentos por conta dos serviços a prestar.
5. Desde que devidamente emitidas, confirmadas pelo serviço requisitante e observado o disposto no n.º 1, **as faturas são pagas através de transferência bancária, devendo o prestador de serviços indicar o IBAN para o efeito.**

Capítulo III | **Penalidades Contratuais e Resolução**

Cláusula 13.^a | **Penalidades contratuais**

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Vila Nova de Poiares, poderá aplicar ao fornecedor o seguinte regime de penalidades calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$P = VFxPVx3$, em que:

P = ao valor da penalidade;

VF = ao número de viagens em que se verificaram faltas ou atrasos superiores a 15 minutos; número de viagens em que o serviço não foi cumprido de acordo com o previsto, número de viagens desconformes ao previsto no Mapa de Circuitos constante da Parte II – Cláusulas Técnicas do presente caderno de encargos;

PV = ao preço da viagem/circuito dia

2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, o Município de Vila Nova de Poiares poderá exigir a este o pagamento de uma pena pecuniária, que não poderá ser superior a **20% do preço contratual**.
3. Pela não entrega do documento de apresentação obrigatória das viaturas de licenciamento para o transporte coletivo de crianças, e por cada documento em falta, a multa a aplicar ao adjudicatário é de **€100,00 (cem euros)**.
4. A não entrega de outros documentos de apresentação obrigatória, e por cada documento em falta, a multa a aplicar ao adjudicatário é de **€50,00 (cinquenta euros)**.
5. Em caso de mau estado de conservação da viatura (ex: portas que funcionam mal, entrada de chuva, cintos de segurança avariados, falta de higiene e limpeza), a multa poderá ir até à imputação ao adjudicatário dos custos de aluguer de uma viatura de substituição.
6. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Vila Nova de Poiares terá em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
7. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Vila Nova de Poiares exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 14.^a | **Força maior**

1. A não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior não será havida como incumprimento, pelo que não deverão, nesses casos, ser impostas penalidades ao prestador de serviços.
2. Entende-se como casos de força maior o conjunto de circunstâncias que impossibilitem a realização pontual das prestações, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
3. Desde que verificados os requisitos do número anterior poderão constituir casos de força maior, entre outros, os tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
4. Não constituirão casos de força maior:
 - a. As determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento, pelo prestador de serviços, de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

- b. As manifestações populares devidas ao incumprimento de normas legais pelo prestador de serviços;
 - c. Os incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços, cuja causa, propagação ou proporções se devam à culpa ou negligência deste ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - d. As avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços, não resultantes de sabotagem;
 - e. Os eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
5. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deverá ser imediatamente comunicada à outra parte.

Cláusula 15.^a | **Resolução por parte do contraente público**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Município de Vila Nova de Poiares poderá resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar, de forma grave ou reiterada, qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:
 - a. Se não forem cumpridas as especificações técnicas estabelecidas no presente caderno de encargos;
 - b. Quando houver recusa expressa no pagamento das penalidades;
 - c. Interrupção da prestação de serviços por facto imputável ao adjudicatário;
 - d. Não cumprimento das obrigações principais previstas na cláusula 6.^a do presente caderno de encargos.
2. O direito de resolução referido no número anterior exercer-se-á mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determinará a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo contraente público.
3. A resolução do contrato não invalida o direito a qualquer ação que venha a ser interposta por parte do Município de Vila Nova de Poiares com vista à justa indemnização por perdas e danos eventualmente sofridos com o incumprimento do contrato.

Capítulo V | Caução e Seguros

Cláusula 16.^a | **Caução**

Não exigível prestação de caução, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos e com as alterações previstas na Lei n.º 30/2021, de 21 de maio.

Cláusula 17.^a | **Seguros**

1. Serão da exclusiva responsabilidade do adjudicatário todas as obrigações relativas ao pessoal próprio utilizado na prestação de serviços, assim como, o cumprimento de toda a legislação aplicável, nomeadamente, aquela relativa à celebração de seguros de acidentes de trabalho, ao cumprimento do horário de trabalho e à contratação de trabalhadores imigrantes, bem como a legislação relativa à celebração de seguros de responsabilidade civil.

2. O Município de Vila Nova de Poiares poderá, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o prestador de serviços fornecê-la no prazo 5 dias úteis.

Capítulo VI | Resolução de Litígios

Cláusula 18.ª | Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 19.ª | Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes dependerá da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 20.ª | Responsabilidade

1. O prestador de serviços responderá, nos termos da lei, por todos os danos ou prejuízos sofridos pelo Município de Vila Nova de Poiares, seus trabalhadores, operadores ou terceiros, em consequência da prestação de serviços, devendo para tal celebrar os necessários contratos de seguros, conforme disposto na cláusula 14.ª.
2. Se o Município de Vila Nova de Poiares tiver que assumir a indemnização de prejuízos que, nos termos do presente caderno de encargos, são da responsabilidade do adjudicatário, este indemnizá-lo-á em todas as despesas que, por esse facto e seja a que título for, houver que suportar, assistindo àquele Município o direito de regresso das quantias que tiver pago ou que tiver que pagar.
3. O Município de Vila Nova de Poiares não responderá por quaisquer danos ou prejuízos sofridos pelo adjudicatário, salvo culpa comprovada dos trabalhadores daquele Município, no exercício das respetivas funções.

Cláusula 19.ª | Gestor do contrato

1. Em cumprimento do disposto no artigo 290.º-A do CCP, o órgão competente para a decisão de contratar designará, previamente à respetiva outorga, o gestor do Contrato que terá por função o acompanhamento permanente da sua respetiva execução.
2. O Município de Vila Nova de Poiares pode substituir, a qualquer momento, o gestor do contrato, tornando-se essa substituição válida e eficaz por mera comunicação ao adjudicatário.
3. Ao gestor do contrato cabe o acompanhamento permanente da execução do contrato, não existindo, no momento em que é assumida a decisão de contratar, qualquer delegação de competência em seu benefício.
4. A ação do gestor do contrato exerce-se sem qualquer conflito de competências com os poderes de fiscalização e de direção da execução do contrato, aos quais está sujeito o adjudicatário.

Cláusula 20.^a | **Comunicação e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas deverão ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contato constantes do contrato deverá ser comunicada à outra parte.
3. As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do contrato.

Cláusula 21.^a | **Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato **são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.**

Cláusula 22.^a | **Legislação aplicável**

A tudo o que não esteja previsto no presente procedimento aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, e demais legislação portuguesa.

Parte II | Cláusulas Técnicas

Cláusula 1.^a | **Transportes Escolares – Mapa de Circuitos**

1. A informação relativa ao circuito consta do Mapa de Circuito abaixo transcrito, com a indicação do número previsível de alunos a transportar, horários previsíveis, tal como o número de viagens necessárias durante a vigência do contrato.
2. Os horários constantes do Mapa de Circuitos estão sujeitos a eventuais alterações, por força dos Projetos Educativos Individuais e/ou determinações do Ministério da Educação.

Circuitos	N.º estimado de alunos a transportar	Mapa de Circuito	Horários previsíveis*
A	55	Circuito do Entroncamento/São Miguel: Ferreira, Entroncamento, Vale de Vaz, Couchel, Framilo, Vale de Vaíde; Vila Chã, Cascalho, Forcado, Vale de Afonso, Fonte Longa, Casal do Gago, Vale do Gueiro, Olho Marinho, Alveite Grande, Lombada, Malpartida, Bairro das Hortas, São Miguel, Centro Escolar São Miguel, Escola EB 2/3 Dr. Daniel de Matos, Centro Escolar Santo André	07h30 - 08h30 14h00 - 15h00 17h00 - 19h00
B	30	Circuito dos Casais/Santa Maria: Casais, Sobreiro, Ervideira, Cabeças, Centro Escolar da Arrifana, Louredo, Vilar, Ventosa, Santa Maria, Centro Escolar Arrifana, Escola EB 2/3 Dr. Daniel de Matos	07h30 - 08h30 14h00 - 15h00 17h00 - 19h00
C	30	Circuito da Ribas: Ribas, Vale Carvalhal, Zagalho de Algaça, Póvoa, Póvoa da Abraveia, Vale da Clara, Pinheiro, Centro Escolar Santo André, Escola EB 2/3 Dr. Daniel de Matos, Centro Escolar Arrifana	07h30 - 08h30 14h00 - 15h00 17h00 - 19h00
D	25	Circuito da Moura Morta: Moura Morta, Barreiro de Mucela, Mucela, Igreja Nova, Sabouga, Venda Nova, Moinhos, Segundeira, Centro Escolar São Miguel, Escola EB 2/3 Dr. Daniel de Matos, Centro Escolar Santo André	07h30 - 08h30 14h00 - 15h00 17h00 - 19h00

* De acordo com os horários a definir pelo Agrupamento de Escolas poderá haver ajustes nos horários dos circuitos.

Cláusula 2.ª | **Abrangência dos Serviços**

- Os serviços previstos para os circuitos **descritos** em A, B, C e D no Mapa de Circuito constante da Clausula I da Parte II – Cláusulas Técnicas do presente caderno de encargos, abrangem exclusivamente os dias letivos do 1.º, 2º e 3º ciclo, secundário e cursos profissionais num total estimado de 179 dias.
- O disposto nos números anteriores poderá sofrer alterações em função do calendário escolar fixado anualmente pelo Ministério da Educação, da implementação das atividades de enriquecimento curricular, bem como em função dos horários das atividades desenvolvidas em cada estabelecimento de ensino.

Cláusula 3.ª | **Obrigações do adjudicatário**

- O adjudicatário obriga-se a utilizar para efeitos de perfeita execução do contrato viaturas em quantidade e com capacidade para transporte do número de alunos estimado por circuito, da sua propriedade e respetivos motoristas da sua responsabilidade.

2. O adjudicatário obriga-se a cumprir as orientações da Direção Geral de Saúde (DGS) e legislação em vigor, no âmbito da pandemia por COVID-19, quanto à segurança, higienização, limpeza, distanciamento físico e lotação permitida.
3. O adjudicatário deverá garantir a vigilante ou vigilantes para a realização do serviço, aos quais se aplicam as seguintes regras:
- a. O conteúdo funcional dos vigilantes é definido na Lei nº 13/2006, de 17 de abril – artigo 8º «Dos vigilantes»
 - b. Na fase de seleção e recrutamento, a entidade adjudicatária terá que levar em linha de conta que o perfil das pessoas a contratar dever-se-á adequar às funções que irão desempenhar, nomeadamente: zelar pela segurança das crianças; garantir, relativamente a cada criança, o cumprimento das condições de segurança previstas nos artigos 10º e 11º da Lei supracitada.
 - c. Acompanhar as crianças no atravessamento da via, usando colete e raqueta de sinalização, devidamente homologados.
 - d. A entidade adjudicatária terá, também, que garantir a idoneidade dos vigilantes, nos termos em que a mesma é estabelecida no supra referido diploma, considerando-se como indicador de falta de idoneidade para exercer a atividade de vigilante a declaração judicial de delinquente por tendência ou condenação transitada em julgado: Em pena de prisão efetiva, pela prática de qualquer crime que atente contra a vida, a integridade física ou liberdade pessoal; Pela prática de crime contra a liberdade e a autodeterminação sexual.
 - e. A entidade adjudicatária terá que fazer prova de idoneidade dos vigilantes, entregando para o efeito, antes do início efetivo da prestação do serviço, no gabinete de Ação Social do Município: Declaração individual por vigilante conforme modelo do anexo I deste caderno de encargos; Certificado do Registo Criminal de cada vigilante.
 - f. Sempre que os Certificados de Registo Criminal caducarem, terão que ser renovados, cuja responsabilidade e encargos será inexoravelmente da entidade adjudicatária.
 - g. É, ainda, da responsabilidade da entidade adjudicatária providenciar para que os vigilantes, no desempenho das suas funções, sejam portadores de uma cópia de cada um dos documentos mencionados em (e.), para efeito de eventuais fiscalizações, e também de um cartão de identificação pessoal (enquanto vigilantes de transportes escolares), cartão esse que os mesmos têm a obrigatoriedade de usar e em local visível.
 - h. Sempre que entrar ao serviço um novo vigilante, a entidade adjudicatária terá que comunicar o facto ao Município com a maior brevidade possível. Nestas circunstâncias terá, também, que apresentar os respetivos documentos indicados em (e.). A violação desta regra poderá originar a aplicação de penalidades.
4. O adjudicatário obriga-se a suportar todas as despesas das viaturas afetas ao serviço mencionado na alínea a).

5. Os coletes e as raquetas de sinalização para os vigilantes terão que ser providenciados pela entidade adjudicatária.
6. A utilização de sistema retenção para crianças (SRC), devidamente homologado é obrigatória, conforme a Lei nº 13/2006, de 17 de abril, no nº2 do artigo 11º, aplicando-se o disposto em legislação específica. No aplicável e quanto ao uso destes sistemas, determina o nº 1 do artigo 55º do Código da Estrada que as crianças que não tenham atingido os 12 anos de idade ou 135 cm de altura devem ser seguras por SRC homologado e adaptado ao seu tamanho e peso. Devendo a entidade adjudicatária providenciar para que todas as viaturas tenham estes sistemas na quantidade essencial para o transporte em segurança das crianças que deles necessitem. A entidade adjudicante declina qualquer responsabilidade em caso de coima ou contraordenação motivada pela não utilização do SRC e/ou homologação.
7. Na vigência do contrato a segunda outorgante deverá fazer um uso prudente e zeloso das viaturas, bem como, garantir um serviço de boa qualidade.
8. O adjudicatário deverá cumprir com a legislação em vigor referente ao transporte coletivo de crianças.
9. O adjudicatário deverá contribuir para o cumprimento das normas de transportes escolares da Câmara Municipal.
10. O adjudicatário deverá responder aos contactos efetuados pelos serviços municipais no prazo máximo de 48 horas.

Vila Nova de Poiares, 31 de agosto de 2021

O Presidente da Câmara Municipal,

Assinado por : **JOÃO MIGUEL SOUSA HENRIQUES**
Num. de Identificação: 09593083
Data: 2021.08.31 18:37:06+01'00'